



# DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 3 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre . . . .	120\$
A 1.ª série . . . .	90\$	60\$	45\$
A 2.ª série . . . .	80\$	53\$	43\$
A 3.ª série . . . .	80\$	53\$	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

**Rectificação** ao decreto-lei n.º 33:674, que permite ao Ministro da Educação Nacional nomear como adjuntos um ou dois professores de ensino primário, sem prejuízo da sua função docente, para auxiliarem os delegados dos directores escolares nos conselhos em que o número de agentes de ensino seja respectivamente superior a 80 ou a 120, os quais perceberão a gratificação mensal de 75\$ cada um.

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

**Despacho** — Determina que seja transferida uma verba dentro do orçamento da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones.

### Ministério das Colónias:

**Portaria n.º 10:698** — Manda publicar nas colónias, para nas mesmas terem a devida execução, várias disposições do decreto-lei n.º 31:464 (Código de Processo nos Tribunais do Trabalho) e o artigo 1.º do decreto-lei n.º 31:465 (indenizações por efeito de acidentes de trabalho ou doenças profissionais), segundo a rectificação de 23 de Agosto de 1941 — Regula a forma de aplicação das referidas disposições.

grafos e Telefones em vigor no actual ano económico para reforço da descrita no n.º 2) do mesmo artigo.

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, 30 de Junho de 1944. — O Administrador Geral, *Couto dos Santos*.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

### Portaria n.º 10:698

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, ouvido o Conselho Superior Judiciário e tendo em vista o artigo 20.º do decreto-lei n.º 27:552, de 5 de Março de 1937, que sejam publicados nas colónias, para nelas terem execução, o decreto-lei n.º 31:464, de 12 de Agosto de 1941, rectificado em 23 do mesmo mês e ano (com excepção do § 2.º do artigo 8.º, do § único do artigo 13.º e dos artigos 17.º, 20.º, 39.º, 59.º e 123.º a 126.º), e o artigo 1.º do decreto-lei n.º 31:465, da mesma data, segundo a rectificação de 23 de Agosto de 1941.

Na sua aplicação deve ter-se em atenção o seguinte:

I) Quando algum dos litigantes for indígena, aplicar-se-ão as leis especiais em vigor e não os preceitos dos diplomas acima referidos.

II) Como tribunais do trabalho funcionarão os tribunais comuns de cada colónia, com excepção dos juízos municipais ordinários e dos juízos populares, nos quais somente poderão praticar-se os actos ou diligências que forem delegados nos termos da lei geral.

III) Ao artigo 11.º são acrescentados os dois seguintes parágrafos:

§ 2.º A competência é facultativa em matéria de contratos individuais de trabalho, sendo neste caso as decisões do tribunal proferidas *ex aequo et bono*.

É obrigatória em todos os demais casos e de um modo geral nas questões que respeitem a disposições legais preceptivas sobre disciplina do trabalho.

§ 3.º No julgamento de questões emergentes de contratos singulares de trabalho ou nas quais se não tenha de fazer aplicação de direito estrito poderão os juízes fazer-se assistir de representantes dos organismos corporativos a que pertençam as partes em litígio, os quais terão voto consultivo.

IV) Em caso algum podem ser expedidas cartas para fora da colónia onde correr a causa.

V) Nas diligências e actos prescritos nos artigos 18.º e 19.º devem observar-se os correlativos preceitos do Código de Processo Civil.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### Secretaria

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 113, 1.ª série, de 27 de Maio de 1944, pelo Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário, o decreto-lei n.º 33:674, determino que se faça a seguinte rectificação:

No artigo 2.º, onde se lê: «... pela dotação inscrita no artigo 849.º, n.º 1) ...», deve ler-se: «... pela dotação inscrita no artigo 838.º, n.º 1) ...».

Em 28 de Junho de 1944. — *António de Oliveira Salazar*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

### Despacho

Determino, nos termos da base II da lei n.º 1:959, de 3 de Agosto de 1937, que seja transferida a quantia de 150.000\$ da verba inscrita no n.º 6) do artigo 26.º do orçamento da Administração Geral dos Correios, Telé-